



706
R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. TENÓRIO DOS SANTOS

4ª Câmara Cível.

Agravo Regimental no Recurso de Apelação nº 203198-1

Agravantes: João Correia Vilar Neto e Adriana Aparecida Isola

Agravado: Roberto Camisassa Diniz

Des. Relator: Tenório dos Santos.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. NÚMERO DA OAB E NOME COMPLETO DO PATRONO DOS AGRAVANTES. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. PUBLICAÇÃO VÁLIDA. ADVOGADO QUE ATENDEU PUBLICAÇÕES ANTERIORES SEM CONTESTAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Agravo Regimental contra decisão que indeferiu pedido de nulidade da publicação do Acórdão, ante a ausência do número da OAB e nome completo do patrono dos agravantes. 2. É indispensável, sob pena de nulidade, que, da publicação, constem os nomes das partes e de seus advogados, suficientes para sua identificação (art. 236, § 1º, CPC). 3. Publicação válida, vez que não obstante a ausência do número da OAB do patrono dos agravantes, constou o seu nome e sobrenome, suficiente para sua identificação, principalmente quando em publicações anteriores atendeu o chamado sem contestação.

ACÓRDÃO

7

707
R

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo nº 203198-1 em que são agravantes João Correia Vilar Neto e Adriana Aparecida Isola é agravado Roberto Camisassa Diniz, acordam os Desembargadores da 4ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade dos votos, notas taquigráficas e demais peças processuais que integram este julgado, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

Recife 26 de 09 de 2013.



Tenório dos Santos

Des. Relator.



708
e/s -

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. TENÓRIO DOS SANTOS

4ª Câmara Cível.

Agravo Regimental no Recurso de Apelação nº 203198-1

Agravantes: João Correia Vilar Neto e Adriana Aparecida Isola

Agravado: Roberto Camisassa Diniz

Des. Relator: Tenório dos Santos.

RELATÓRIO E VOTO:

Insurgindo-se contra decisão interlocutória desta Relatoria, que indeferiu o pedido advindo com a petição de fls. 668/672, que objetivada a nulidade do Acórdão de fl.653, ante a ausência, quando da sua publicação, do nome completo do advogado e número da OAB, os agravantes interpuseram este agravo sob exame, no sentido de tentar obter a manifestação do órgão fracionário que integro, sobre a "questão".

Ora, tendo o Agravo Legal a missão precípua da integração do pensamento do Tribunal sempre que um dos seus membros pratique, em nome do "Colégio", ato a cujo respeito pensa ou possa ter a parte fundadas razões para acreditar que a Corte não o endossaria, manejou este Agravo, com esta dupla finalidade.

Bem a propósito, a decisão guerreada tem o seguinte teor:

"João Correia Vilar Neto e Adriana Aparecida Isola, por seu advogado abaixo assinado, atravessou petição (fls.668/672), rogando pela nulidade do Acórdão

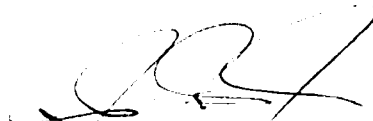
709
de fls.653, ante a existência de erro material. Sustentam que quando da publicação do indigitado Acórdão (fl.665), assim como da pauta de julgamento (fl.650) não constou o nome completo do seu advogado, nem tampouco o número da sua OAB, impossibilitando a procura do patrono pelo sistema de busca eletrônico. Pois bem. Na forma que dispõe o § 1º, do art. 236, do CPC, "é indispensável, sob pena de nulidade, que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, suficientes para sua identificação". A jurisprudência vem entendendo somente ser cabível nova publicação, com a conseqüente restituição de prazo, quando houver grave omissão ou erro capaz de impedir a identificação do nome do advogado na publicação. Em espécie, vê-se que nas publicações, não obstante a ausência do número da OAB do patrono dos requerentes constou o seu (dele) nome e sobrenome "ANTÔNIO ATAIDE", suficiente para sua identificação. Frise-se, por oportuno, que em anteriores publicações o nome do advogado também foi consignado como "Antonio Ataíde", tendo ele atendido o chamado, sem contestação (fls.634/635 e 638/644). Desse modo, inexistindo o vício apontado, vez que o patrono dos requerentes foi devidamente identificado quando das publicações, INDEFIRO o pedido advindo com a petição de fls.668/672...".

É o que tinha para relatar.

Utilizando os mesmos argumentos do pedido de fls.668/672, pretendem os agravantes que usando da faculdade de retratação, esta Relatoria reforme a decisão hostilizada, com a nulidade do Acórdão, ante a ausência de elementos suficientes para a identificação do anterior advogado, permitindo a republicação do *decisum*, possibilitando o retorno do prazo para recurso.

O presente recurso não acrescenta fundamentos que tenham o condão de modificar o entendimento explicitado na decisão recorrida.

A decisão agravada está em perfeita sintonia com os julgados do STJ, vejamos:



710
v

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (PROCESSUAL CIVIL. INTIMAÇÃO. NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO ADVOGADO NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB. DESNECESSIDADE. SUFICIÊNCIA DOS NOMES DAS PARTES E DO ADVOGADO. ARTIGO 236, § 1º, DO CPC. ALEGADA HOMONÍMIA NÃO CONFIRMADA PELO ACÓRDÃO REGIONAL.). MANIFESTO INTUITO INFRINGENTE. MULTA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROCRASTINATÓRIOS (ARTIGO 538, DO CPC). APLICAÇÃO. 1. O Inconformismo, que tem como real escopo a pretensão de reformar o decisor, não há como prosperar, porquanto incorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, sendo inviável a revisão em sede de embargos de declaração, em face dos estreitos limites do artigo 535, do CPC. 2. A pretensão de revisão do julgado, em manifesta pretensão infringente, revela-se inadmissível, em sede de embargos, quando o aresto recorrido assentou que: "1. A intimação é o ato pelo qual se dá ciência à parte ou ao interessado dos atos e termos do processo, visando a que se faça ou se abstenha de fazer algo, revelando-se indispensável, sob pena de nulidade, que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, dados suficientes para sua identificação (artigo 236, § 1º, do CPC). 2. A regra é a de que a ausência ou o equívoco quanto ao número da inscrição do advogado na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB não gera nulidade da intimação da sentença, máxime quando corretamente publicados os nomes das partes e respectivos patronos, informações suficientes para a identificação da demanda (Precedentes do STJ: REsp 1.113.196/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 22.09.2009, DJe 28.09.2009; AgRg no Ag 984.266/SP, Rel. Ministro Aldir Passarinho Júnior, Quarta Turma, julgado em 27.05.2008, DJe 30.06.2008; e AgRg no REsp 1.005.971/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 19.02.2008, DJe 05.03.2008). 3. Nada obstante, é certo que a existência de homonímia torna relevante o equívoco quanto ao número da inscrição na OAB, uma vez que a parte é induzida em erro, sofrendo prejuízo imputável aos serviços judiciais. 4. Contudo, a alegação do recorrente, no sentido da existência de advogado homônimo, não restou corroborada pelo Tribunal do origem, segundo o qual: 'Em que pese o número de registro na Ordem dos Advogados do Brasil do causídico que patrocina o feito estar errado, é evidente a validade do ato em que consta o nome correto e completo daquele - além do número do processo e o tipo de ação -, pois suficiente para seu real conhecimento. Cumprido o requisito legal de existência de dados suficientes a permitir a inequívoca identificação, é de ser afastada a alegada

712
R

nulidade da intimação. Impende ressaltar que, em consonância com os termos do art. 244, do Código de Processo Civil, só haveria invalidade se o vício existente tornasse impossível de o ato cumprir sua finalidade, ou seja, tornasse impossível ao destinatário a ciência da intimação publicada, o que, in casu, como antes mencionado, inocorreu." 3. Deveras, os argumentos esposados pelo embargante não infirmam o entendimento exarado no âmbito de recurso especial representativo da controvérsia, revelando-se manifestamente protelatórios os embargos de declaração, à luz do disposto no artigo 538, parágrafo único, do CPC (Precedente da Primeira Seção, aplicável mutatis mutandis: Questão de Ordem no REsp 1.025.220/RS, que versou sobre a aplicação de multa por agravo infundado, ex vi do disposto no artigo 557, § 2º, do CPC). 4. Embargos de declaração rejeitados, com a condenação da embargante ao pagamento de 1% (um por cento) a título de multa, pelo seu caráter procrastinatório (artigo 538, parágrafo único, do CPC). (EDcl no REsp 1131805/SC, Rel. Ministro LUIZ FUX, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/08/2010, DJe 19/10/2010)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. INOVAÇÃO RECURSAL. INTIMAÇÃO VIA PUBLICAÇÃO. NÚMERO DA INSCRIÇÃO DO ADVOGADO NA OAB. DESNECESSIDADE. NULIDADE NÃO RECONHECIDA. 1. Hipótese em que se discute a ocorrência ou não de nulidade da intimação, via publicação no Diário de Justiça, em que não constou o número de inscrição da OAB do patrono da causa. 2. Não se vislumbra a ocorrência de nenhum dos vícios elencados no artigo 535 do CPC a reclamar a anulação do julgado, mormente quando a questão (no caso, a grafia do nome do advogado de forma supostamente equivocada por ocasião da publicação da sentença) não foi suscitada em momento oportuno, por ocasião da interposição do recurso de agravo de instrumento, sendo a alegação em sede de embargos declaratórios considerada inovação recursal. 3. A recorrente não logrou demonstrar a divergência jurisprudencial alegada, porquanto o acórdão apontado como paradigma não guarda similitude fática com o decisum impugnado. Isso porque, enquanto o acórdão recorrido discute, de forma genérica, a necessidade de que conste o número da OAB do advogado constituído nos autos da intimação via publicação; o paradigma apontado (REsp 168.091-MG) trata de hipótese peculiar, ocorrida no estado de Minas Gerais, onde, de acordo com o que foi assentado à época, as publicações eram indicadas por meio de índices dos quais apenas constavam

712
R

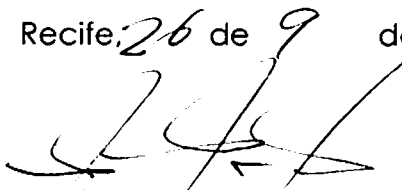
os números de inscrição dos advogados na OAB. Recurso especial não conhecido, com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional 4. Para que a intimação realizada via publicação seja considerada válida, o parágrafo primeiro do artigo 236 do CPC impõe ser indispensável que dela constem os nomes das partes e de seus advogados, suficientes para sua identificação. 5. Não há como considerar nulo um ato, em razão de descumprimento de formalidade que a lei não prevê, de sorte que, não havendo imposição legal para que conste o número de inscrição na OAB na publicação realizada para fins de intimação, sua ausência não acarreta nulidade. Precedentes: AgRg no Ag 984266/SP, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, julgado em 27/5/2008, DJe 30/6/2008; AgRg no REsp 1005971/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 19/2/2008, DJe 5/3/2008; REsp 216886/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 16/12/2004, DJ 18/4/2005. 6. Recurso especial não provido. (REsp 1113196/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/09/2009, DJe 28/09/2009)

Dessa forma, entendendo não ser o caso de retratação e, por isso, apresento o feito em mesa de julgamento.

Posto isso, mantendo a decisão guerreada, ora atacada, VOTO no sentido de negar provimento ao presente agravo.

É como voto.

Recife, 26 de 9 de 2013.



Tenório dos Santos

Des. Relator